

QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 0203915-2

1ª Vara Cível da Comarca de Pesqueira

Apelante: KI BOTÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Apelado: BANCO DO BRASIL S.A.

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: DIREITO CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO SE SUJEITAM À LIMITAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS. SÚMULA 596 DO STF. TAC. TEC. RECURSO REPETITIVO. PRECEDENTE STJ.

1. As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto nº 22.626/33), direcionamento com respaldo na inteligência da Súmula 596/STF.
2. É válida a pactuação da TAC que remunera o serviço de “realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao início de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente” (Tabela anexa à vigente Resolução CMN 3.919/2010, com a redação dada pela Resolução 4.021/2011).
3. A revisão de cláusulas pelo Poder Judiciário só deverá ocorrer quando observadas situações reguladas pelo Código de Defesa do Consumidor e claramente abusivas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos da apelação cível nº 0203915-2, em que figura como apelante **KI BOTÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO** e apelado **BANCO DO BRASIL S.A.**; ACORDAM os Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar **parcial provimento** ao recurso de apelação, tudo nos termos dos votos que passam a fazer parte integrante deste julgamento.

Recife, 11 JUN. 2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



QUINTA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº: 0203915-2	1ª Vara Cível da Comarca de Pesqueira
Apelante:	KI BOTÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Apelado:	BANCO DO BRASIL S.A.
Relator:	Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação interposto por KI BOTÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO em face da sentença proferida nos autos da Ação Ordinária de Cobrança, que julgou procedente a pretensão autoral (fls. 245), condenando a apelante a pagar ao BANCO DO BRASIL S/A, a importância de R\$ 104.164,52, proveniente de inadimplemento de contrato de abertura crédito em conta corrente.

Na origem, cuida-se de ação de cobrança, ajuizada pelo Banco do Brasil S/A, em face de KI BOTÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO e seus fiadores, vindo alicerçada a pretensão em contrato de abertura de crédito em conta corrente, encontrando-se a dívida no valor de R\$ 104.164,52.

A parte dispositiva da sentença ficou assim redigida:

“Assim sendo, por todo o exposto e por tudo mais que consta nos autos, julgo procedente o pedido contido na exordial, para condenar os requeridos KI BOTÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e seus fiadores Maria de Fátima Vidal Silva Godinho e Nercy Trecha Godinho, a pagar à parte autora, Banco do Brasil S/A, o valor de R\$ 104.164,52 (cento e quatro mil, cento e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), proferindo sentença com julgamento do mérito, com fulcro no Art. 269, I do Código de Processo Civil. Condene os demandados ainda a arcarem com as verbas de sucumbência, incluídos aí os honorários advocatícios, fixados nesta oportunidade em 10% do valor da condenação, por força do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil, e as custas processuais.”

Em sede recursal, esclarece a apelante que não ignora a existência do contrato de empréstimo, mas que a dívida cobrada está com irregularidades e em desacordo com as normas que regem o Sistema Financeiro Nacional, porquanto revestida de onerosidade excessiva e cobrança de juros sobre juros, tornando impraticável o pagamento, o que vai de encontro ao decreto nº 22.626/33.

Sustenta, que o banco apelado pretende receber valores superiores ao devido, não fazendo prova analítica do débito, demonstrando nos autos valor inexistente, sobretudo porque as taxas por ele praticadas colidem frontalmente com a legislação vigente, fazendo-a cair em mora, ante a cobrança de juros ilegais de juros contratuais e moratórios, comissões de permanência embutidas, atualização monetária, multa, juros acima de 12% ao ano, dentre outros encargos defesos em lei, além de frisar não ser sabedor do valor exato da dívida, sabe que a mesma alcançou importância estratosférica.

Devidamente intimada, a instituição financeira apelada apresentou as suas contrarrazões (fls. 359/370), defendendo: a) inépcia do recurso de apelação; b) inaplicabilidade do CDC aos contratos de capital de giro; c) possibilidade da cobrança de comissão de permanência no

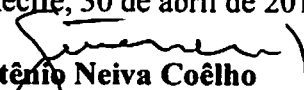
[assinatura]

período de inadimplência; d) legalidade da cobrança dos encargos moratórios; e) não limitação da taxa de juros; f) impossibilidade do princípio da fungibilidade.

É o essencial a relatar.

À revisão, com as homenagens desta relatoria.

Recife, 30 de abril de 2013.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

[Faint, illegible text, possibly a stamp or secondary signature]

QUINTA CAMARA CIVEL	
Apelação Cível nº: 0203915-2	1ª Vara Cível da Comarca de Pesqueira
Apelante: KI BOTÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Apelado: BANCO DO BRASIL S.A.	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho	

VOTO

Cinge-se os autos em Ação Revisional de contrato de financiamento sob argumento de aplicação de taxas abusivas de juros, bem como cobrança ilegal das **Tarifas de Emissão de Carnê (TEC) e Tarifa de Análise de Crédito (TAC)**, sendo o pleito julgado procedente na forma indicada no relatório.

Nesse contexto, impende analisar se é possível a aplicação de índices superiores a 12% (doze por cento) - em que pese a limitação estipulada pela Lei de Usura.

Adianto que as instituições financeiras podem cobrar juros em taxas superiores, sem a limitação de doze por cento, conforme se depreende da análise da súmula nº 596 – STF¹ aplicável à hipótese dos autos.

Ademais, a Lei nº 4.595/64, ao proceder com a chamada “reforma bancária”, dispôs que o Conselho Monetário Nacional é o responsável pela estipulação das taxas de juros a serem cobradas pelas instituições financeiras em suas operações (art. 4º, inciso IX²), não se aplicando as regras do Dec. 22.626/33, uma vez que incompatíveis.

Nesse contexto, adianto que o apelo não pode ser conhecido.

Explico.

Analisando o contrato firmado (fls. 27/33), verifico que houve a contração da atual taxa de juros com anuência recíproca, tendo em vista que o disposto à fl. 30 é claro ao afirmar que “*Os contratantes declaram para os devidos fins, que o presente Contrato foi lido, entendido e aceito em todos os seus termos aqui previstos*”.

Dando continuidade à análise do conjunto probatório, é possível verificar que os juros foram estabelecidos na razão de 22,91% ao ano e 1,73% ao mês, conforme contrato à fl. 32 dos autos, restando incontroverso que o apelante tinha total conhecimento das taxas e pagamentos previstos.

De mais a mais, reitero a possibilidade das instituições financeiras cobrarem juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, desde que estes não sejam abusivos e nem se distanciem da taxa praticada no mercado.

¹ Súmula 596 – As disposições do Decreto 22.626 de 1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional.

² Art. 4º Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República: [...] IX - Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central da República do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover: - recuperação e fertilização do solo; - reflorestamento; - combate a epizootias e pragas, nas atividades rurais; - eletrificação rural; - mecanização; - irrigação; - investimento indispensáveis às atividades agropecuárias.

Não é outro o entendimento deste Egrégio Tribunal. Senão vejamos:

“DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - DIREITO DO CONSUMIDOR - AÇÃO DE REVISÃO E ANULAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E PEDIDO DE LIMINAR - APELAÇÃO CÍVEL - LEGALIDADE DA TAXA DE JUROS CAPITALIZADA MENSALMENTE CONFORME ESTIPULADO NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO - INEXISTÊNCIA DE MÁ FÉ POR PARTE DO CREDOR PELO QUE NÃO RESTA CONFIGURADA A REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO - RECURSO COM PROVIMENTO NEGADO - DECISÃO UNÂNIME. **As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto nº 22.626/33. Súmula 596/STF). Consoante o art. 940 do CC/2002 e o art. 42 do CDC, a repetição em dobro do indébito pressupõe a má fé do credor, o que não restou comprovado nos autos. Apelo com provimento negado, à unanimidade de votos. Lei de Usura 22.626/33 CC/2002 CDC**” (42251120098171130 PE 0004225-11.2009.8.17.1130, Relator: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 24/05/2012, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 111)

Em caso análogo o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** recentemente já se manifestou, *verbis*:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. ADMISSIBILIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COBRANÇA CUMULADA COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO. 1.- A capitalização dos juros é admissível quando pactuada e desde que haja legislação específica que a autorize. Assim, permite-se sua cobrança na periodicidade mensal nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial (Decreto-lei n. 167/67 e Decreto-lei n. 413/69), bem como nas demais operações realizadas pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que celebradas a partir da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17 (31.3.00). 167413 2.- **Os juros pactuados em taxa superior a 12% ao ano não são considerados abusivos, exceto quando comprovado que discrepantes em relação à taxa de mercado, após vencida a obrigação, hipótese não ocorrida nos autos.** 3.- Os juros remuneratórios, quando ausente o percentual contratado, incidem pela taxa média do mercado em operações da espécie, apurados pelo Banco Central do Brasil. 4.- É vedada a cobrança cumulada da comissão de permanência com juros remuneratórios, correção monetária e/ou juros e multa moratórios, nos contratos bancários. 5.- Conforme entendimento das Turmas que compõem a Segunda Seção deste Tribunal, no mesmo passo dos juros remuneratórios, “em relação à cobrança das tarifas de abertura de crédito, emissão de boleto bancário e IOF financiado, há que ser demonstrada de forma objetiva e cabal a vantagem exagerada extraída por parte do recorrente que redundaria no desequilíbrio da relação jurídica, e por consequência, na ilegalidade da sua cobrança” (AgRg no REsp 1.003.911/RS, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 11.2.2010). REsp 1.003.911/RS6.- O agravante não trouxe qualquer argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, o qual se mantém por seus próprios fundamentos. 7.- Agravo Regimental improvido.” (90109 RS 2011/0215730-2, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 19/04/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/05/2012)

Ademais, a cobrança de juros anuais superiores não está condicionada à prévia autorização do Conselho Monetário Nacional, salvo em casos excepcionais, a exemplo das cédulas de crédito rural, comercial e industrial, regidas por legislação especial, consoante entendimento do Colendo STJ.

Sendo assim, da análise do contrato, não verifico a abusividade na estipulação dos juros remuneratórios, principalmente pela ausência de demonstração no sentido de destoarem substancialmente da média praticada pelo mercado ao tempo da contratação.

Insisto que não é possível reconhecer a possibilidade de limitação de juros em razão de repetidas decisões do STJ sobre a inaplicabilidade da Lei de Usura aos contratos bancários, bem como dispõe a Lei 4.595/64 e, inclusive, pelo entendimento da supramencionada súmula 596 do STF.

Por fim, a limitação dos juros remuneratórios é questão que já se encontra pacificada nas Instâncias Superiores e, com exceção de minoritários entendimentos contrários em Tribunais Estaduais, a jurisprudência caminha para um consenso no que se refere à inexistência, como regra geral, de fundamento constitucional ou legal para a limitação dos juros.

Ora, de fato alguns casos apresentam excesso ou abuso no que tange à liberdade de fixação dos juros, pactuando taxas que vão de encontro ao ordenamento e excedendo os limites da razoabilidade. Ocasão em que não observo ser o caso dos autos.

Sobre a legalidade das cláusulas que estabelecem as cobranças da **Tarifa de Emissão de Carnê (TEC)** e **Tarifa de Análise de Crédito (TAC)** – em atenção ao julgamento dos recursos repetitivos REsp nº 1.251.331/RS e 1.255.573/RS – esclareço que tais tarifas somente são admitidas quando baseadas em contratos celebrados até 30 de abril de 2008, data em que entrou em vigência a Resolução CMN 3.518/2007.

Acontece que apenas a **TAC permanece válida** nos contratos por estar tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, entretanto, ela deve ser cobrada no início do pacto entre o consumidor e o banco.

Vejamos o posicionamento do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DIVERGÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. RECURSOS REPETITIVOS. CPC, ART. 543-C. TARIFAS ADMINISTRATIVAS PARA ABERTURA DE CRÉDITO (TAC), E EMISSÃO DE CARNÊ (TEC). EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. MÚTUO ACESSÓRIO PARA PAGAMENTO PARCELADO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (IOF). POSSIBILIDADE. 1. “A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada” (2ª Seção, REsp 973.827/RS, julgado na forma do art. 543-C do CPC, acórdão de minha relatoria, DJe de 24.9.2012). 2. Nos termos dos arts. 4º e 9º da Lei 4.595/1964, recebida pela Constituição como lei complementar, compete ao Conselho Monetário Nacional dispor sobre taxa de juros e sobre a remuneração dos serviços bancários, e ao Banco Central do Brasil fazer cumprir as normas expedidas pelo CMN. 3. Ao tempo da Resolução CMN 2.303/1996, a orientação estatal quanto à cobrança de tarifas pelas instituições financeiras era essencialmente não intervencionista, vale dizer, “a regulamentação facultava às instituições financeiras a cobrança pela prestação de quaisquer tipos de serviços, com exceção daqueles que a norma definia como básicos, desde que fossem efetivamente contratados e prestados ao cliente, assim como respeitassem os procedimentos voltados a assegurar a transparência da política de preços adotada pela instituição.” 4. Com o início da vigência da Resolução CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pelo Banco Central do Brasil. 5. A Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) e a Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) não foram previstas na Tabela anexa à Circular BACEN 3.371/2007 e atos normativos que a sucederam, de forma que não mais é válida sua pactuação em contratos posteriores a 30.4.2008. 6. A cobrança de tais tarifas (TAC e TEC) é permitida, portanto, se baseada em contratos celebrados até 30.4.2008, ressalvado abuso devidamente comprovado caso a caso, por meio da invocação de parâmetros objetivos de

mercado e circunstâncias do caso concreto, não bastando a mera remissão a conceitos jurídicos abstratos ou à convicção subjetiva do magistrado. 7. Permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao início de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente" (Tabela anexa à vigente Resolução CMN 3.919/2010, com a redação dada pela Resolução 4.021/2011). 8. É lícito aos contratantes convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF) por meio de financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais. 9. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - 1ª Tese: Nos contratos bancários celebrados até 30.4.2008 (fim da vigência da Resolução CMN ou outra denominação para o mesmo fato gerador, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto. - 2ª Tese: Com a vigência da Resolução CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pela autoridade monetária. Desde então, não mais tem respaldo legal a contratação da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador. Permanece válida a Tarifa de Cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira. - 3ª Tese: Podem as partes convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF) por meio de financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais. 10. Recurso especial parcialmente provido." (REsp 1251331/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 24/10/2013)

Acrescento que as diretrizes dos supramencionados recursos repetitivos sobre a TAC dispõem que ela "somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira" e remunera serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao início de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente".

Portanto, se o contrato tratado nos autos foi pactuado em data posterior a 30 de abril de 2008, o recebimento da **Tarifa de Emissão de Carnê (TEC)** não tem mais respaldo legal, o que torna ilegítima a sua cobrança.

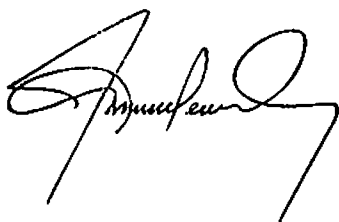
À luz de tais considerações, conheço e voto pelo **provimento parcial** do apelo.

É como voto.

Recife, 11/06/2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

Revistos, peço pauta
Recibo, 18/03/14
Des. José Fernandes de Lemos
Revisor

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Fernandes de Lemos', written over the printed name of the official.